

Pedro Vicente Chicolo*

Responsabilidade Social Empresarial como Ferramenta para Divulgação e Aceitabilidade da Mozal

Resumo

Este artigo analisa os benefícios da Mozal por abraçar a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Os dados apresentados resultam de uma pesquisa de cerca de 9 meses, combinada com a revisão de literatura, análise de Relatórios de Desempenho da Mozal no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial, entrevistas semi-estruturadas, informações de ambientalistas, aliado ao método de observação. Para alcançar o objectivo, foram identificados procedimentos seguidos pela Mozal no âmbito da RSE em Moçambique, identificadas áreas de intervenção privilegiadas pela Mozal, analisados alguns projectos de rendimentos e outros projectos sociais financiados pela Mozal entre 2017 à 2022 e, foi avaliado o nível das relações entre a Mozal e as comunidades circunvizinhas. Esta pesquisa, seguiu uma linha qualitativa de investigação que permitiu obter dados descritivos das acções da Mozal. Constatou-se que aquela organização deu origem e visibilidade ao Parque Industrial de Beluluane e influenciou a instalação de mais de quarenta empresas naquele raio, por isso, com acções da RSE, a Mozal divulga a sua imagem, ganhando aceitabilidade comunitária, notabilidade e reputação, que é a estratégia usada pela Mozal para garantir as suas operações, mas ao mesmo tempo a Mozal tem contribuindo para o Desenvolvimento Comunitário. A aceitabilidade, confere-lhe a Licença Social para Operar, garantindo a sua continuidade por longos anos. Apesar da contribuição para o desenvolvimento comunitário, alguns entrevistados e percepções de ambientalistas julgam que as actividades de fundição de alumínio na Mozal contribuem para a poluição ambiental e afectam a saúde pública. Constatou-se ainda, que o governo não assume plenamente a sua responsabilidade social para com a sociedade, por conta disso, abre-se espaço para o surgimento de inquietações. Contrariamente às correntes teóricas que defendem o contrato social das organizações para com as comunidades, esta pesquisa demonstrou que o primeiro contrato social é do governo para com as comunidades e, o não cumprimento dessa responsabilidade social pelo governo, influencia as comunidades a exigirem tudo às organizações praticantes de responsabilidade social empresarial.

Palavras-chave: Licença Social para Operar, Valorização do Conteúdo Local, Desenvolvimento Comunitário, Imagem externa, Poluição Ambiental.

Abstract

This article reviews Mozal's benefits of embracing Corporate Social Responsibility (CSR). The data presented are the result of a research lasting around nine months, combined with a literature review, analysis of Mozal's Performance Reports in the field of Corporate Social Responsibility, semi-structured interviews, information from environmentalists, combined with the observation method. To achieve the objective, procedures followed by Mozal within the scope of CSR in Mozambique were identified, areas of intervention privileged by Mozal

were identified, some income projects and other social projects financed by Mozal between 2017 and 2022, were analyzed, and the level of relationship between Mozal and the surrounding communities. This research followed a qualitative line of investigation that allowed obtaining descriptive data on Mozal's actions. It was found that that organization gave rise and visibility to the Beluluane Industrial Park and influenced the installation of more than forty companies in that radius, so, with CSR actions, Mozal publicizes its image, gaining community acceptability, notability and accreditation, which is the strategy used by Mozal to guarantee its operations, but at the same time Mozal is sure for Community Development. Acceptability gives it the Social License to Operate, guaranteeing its continuity for many years. Despite the contribution to community development, some suffered and detected from environmentalists that Mozal's aluminum financing activities were affecting public health. It is also noted that the government does not fully assume its Social Responsibility towards society, because of this; it opens up space for the creation of concerns. Contrary to the theoretical currents that defend the social contract of the organizations towards the communities, this research demonstrate that the first social contract is from the government towards the communities and, the non-fulfillment of this Social Responsibility by the government, influences the communities to demand everything from the organizations CSR practitioners.

Keywords: Social License to Operate, Valuing Local Content, Community Development, External Image, Environmental Pollution.

1. Introdução

A Responsabilidade Social Empresarial¹ é uma prática voluntária em que, as organizações, decidem usar, contribuindo para uma sociedade mais justa e, para um ambiente mais limpo, que passa a fazer parte da planificação da organização. Neste artigo, concebe-se a responsabilidade social empresarial como um acto voluntário, abraçado por organizações, conciliando objectivos organizacionais e sociais para o desenvolvimento comunitário, recorrendo a procedimentos éticos, transparência no âmbito interno, externo e preservação do meio ambiente, integrando essas acções nos planos de gestão organizacional em toda a vida da organização.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE), é uma prática ainda nova e complexa para todos os interessados, particularmente, para os gestores organizacionais, sendo que, em Moçambique, as multinacionais foram as pioneiras a abraçar essa prática, com destaque para a Mozal e a Vale Moçambique (Mateço, 2019).

¹ Responsabilidade Social Empresarial é um conceito complexo, ver o [Livro da União Europeia \(2011\)](#), mas, neste estudo, adoptou-se uma concepção distinta, para tornar a prática mais enquadrada para o contexto moçambicano.

Analisando o funcionamento das organizações, no contexto moçambicano, constata-se que há uma tendência crescente das mesmas, que consiste em incorporar em seus planos actividades que visam melhorar as condições sociais das comunidades. Essas acções enquadram-se na gestão estratégica das dinâmicas organizacionais, num mundo cada vez mais competitivo que exige dos gestores a capacidade de adaptação (Rossetto e Rossetto, 2005).

Para a sociedade civil – nas dinâmicas referidas – as organizações teriam a obrigação de procurar auscultar as comunidades onde pretendem instalar os seus empreendimentos, com vista a obterem as suas sensibilidades e expectativas, assim como dos outros interessados, tais como: a Sociedade Civil, o Governo, as Pequenas e Médias Empresas (PME's), etc. sobre actividades concretas dessas organizações (Leave and Comment, s.d.).

A partir dessas consultas, as organizações podem conseguir obter a “Licença Social para Operar (LSO)”,² que é aceitação e aprovação social dos empreendimentos das organizações pelas comunidades circunvizinhas, a partir de um processo de negociação entre a organização e as comunidades, recomendada pelo governo, onde essas organizações pretendam operar (Mateço, 2019). Tal autorização é implícita, uma vez que nenhum documento oficial escrito é passado pelas comunidades. Findo esse processo negocial com as comunidades, a organização recebe uma licença legal, que é atribuída pelas entidades competentes. Entretanto, a expectativa das comunidades é de que a organização consiga satisfazer os seus anseios.

Este estudo foi realizado a partir de dados recolhidos entre 30 de Março à 25 de Maio de 2023, na Mozal, arredores, outros cantos da cidade e província de Maputo e na Reunião Pública da Mozal com os interessados, realizada aos 25 de Maio de 2023, no âmbito da divulgação e recolha de *feedback*. A Mozal foi uma das pioneiras a abraçar esta prática em Moçambique, tornando-se fundamental analisar e compreender os eventuais benefícios que ela ganha com as iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial e avaliar a contribuição da RSE para o Desenvolvimento Sustentável.

² Segundo Mateço (2019) o termo Licença Social para Operar (LSO) emergiu no contexto da indústria mineira nos anos 90, e reflecte a aceitação dos empreendimentos mineiros pelas comunidades onde estes projectos são implantados, mas as comunidades não passam nenhum documento escrito, apenas há acordo implícito e que mais tarde, um grupo que representa a comunidade, junto com a organização praticante de RSE e o governo reúnem-se para elaborar os compromissos assumidos na Reunião pública, tornando-se obrigatório o seu cumprimento. Por isso, o termo é muito usado pelos teóricos que discutem Responsabilidade Social Empresarial e, o governo moçambicano, como sinónimo do termo, emprega o termo processo de negociação e acordo entre organização praticante da RSE e as comunidades, na legislação específica ainda não é tratado como licença social de forma clara.

Nesse processo, analisou-se o período entre 2017 à 2022, primeiro, porque em 2017 foi lançado o livro *Estratégias de Responsabilidade Social das Empresas em Moçambique*, da autoria de Raimundo Mateço e, foi também, aprovada a “Política sobre Responsabilidade Social da Indústria Extractiva” em Moçambique, segundo, porque 2022 coincide com o quinto ano, período normal para se avaliar a implementação da Política anteriormente referida.

2. Quadro Teórico Sobre Responsabilidade Social

As teorias de contrato social, de *stakeholders* e a teoria política de Rousseau foram as que nortearam a pesquisa, que se enquadram e foram adequadas para explicação desta realidade.

Segundo Donaldson & Dunfee (1999) citados por Natingue (2022) as duas primeiras, focalizam o poder social das organizações, especificamente nas suas relações com a comunidade e outros interessados e, a teoria política tem o seu enfoque no contrato social do governo, para satisfazer as necessidades básicas da sociedade a partir de soluções adequadas (Gomes, 2006). Esta última teoria, dá ênfase à educação como ferramenta fundamental para a mudança e assunção da Responsabilidade Social pelo governo.

Neste grupo inserem-se também as abordagens sobre a cidadania corporativa, que discutem os deveres da cidadania das organizações perante as comunidades onde operam, que é um imperativo exigido pela legislação específica moçambicana. Porém, de acordo com o Diploma Ministerial nº8/2017, as acções de Responsabilidade Social Empresarial adoptadas pelas organizações não substituem a Responsabilidade Social do Governo ou do Estado para com a sociedade.

De acordo com Donaldson & Dunfee (1999) citados por Natingue (2022), a teoria de contrato social encara a RSE como um conjunto de contratos, entre organizações e as comunidades, uma vez que existe um processo negocial e assunção de compromissos pela organização, em cumprir algumas realizações.

Como referem, Donaldson & Dunfee (1999) citados por Natingue (2022, p.7), neste âmbito espera-se que as organizações cumpram com os compromissos assumidos nas comunidades. De lembrar que, o primeiro contrato social foi assumido pelo governo para com as comunidades; portanto, o contrato social das organizações, vem depois. A LSO vai depender do cumprimento das obrigações sociais pela organização praticante da RSE, relativas às expectativas da sociedade e da resposta dada pela organização praticante da RSE as comunidades.

Como refere Freeman (1984) citado por Natingue (2022, p.7), a teoria de *stakeholders*³ desenvolveu-se em torno de três dimensões: a definição do conceito de *stakeholder*, a classificação dos *stakeholders* e a identificação das dimensões teóricas.

Freeman define *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo que afecta ou é afectado pelo desenvolvimento das actividades da organização. Segundo o autor, na actividade empresarial existe uma rede de relações cooperativas e competitivas de um grande número de pessoas e grupos, que empreendem esforços para atingirem os seus objectivos.

De acordo com Freeman, nessas relações encontram-se os acionistas, colaboradores ou trabalhadores, comunidades circunvizinhas, sociedade civil, empresas de prestação de serviços (fornecedores), o governo, clientes, média, e outros interessados.

Clarkson (1995) citado por Natingue (2022, p.7), na abordagem acima, restringe a definição de Freeman, considerando “*stakeholders*” as pessoas ou grupos que reivindicam propriedade, direito ou interesse, em uma cooperação e em suas actividades passadas, presentes e futuras. As reivindicações referidas (direitos e interesses) são resultados de transações ou acções, como a corporação e poder legal, moral, individual ou colectiva. Nesse processo, existem pessoas ou grupos que sofrem riscos decorrentes da acção da organização.

Clarkson (1995) citado por Natingue (2022, p.7), propõe a classificação de *stakeholders*, usando tipologias, distinguindo: *stakeholders* primários e *stakeholders* secundários. Os *stakeholders* primários são aqueles que têm um impacto directo no desempenho e interesse pela continuidade da organização. Neste grupo, incluem-se: sócios ou investidores, governos, funcionários, comunidades, clientes e fornecedores. Os *stakeholders* secundários correspondem a outros constituintes, como por exemplo, os média. Neste cenário, os *stakeholders* influenciam, afectam ou são influenciados e afectados pelas actividades da organização.

Como refere Gomes (2006), na teoria política, Rousseau propõe contrato social do governo para com a sociedade, usando uma solução pedagógica dos problemas, olhando o cidadão como formado a partir de projecto educativo assistido pelo Estado. É por isso que Gomes diz

³ Stakeholder significa interessado/interessado ou envolvido num determinado processo.

que Rousseau criou a teoria de bondade do homem pela defesa da sua integridade e da sociedade na qual está inserido. Por isso, o autor referiu a democracia como forma de governo, só seria possível somente no contexto ideal de um Estado, no qual reinasse a igualdade e liberdade dos cidadãos (Gomes, 2006).

De referir que, a teoria política de Rousseau denuncia as tendências das artes, ciências e acções políticas como corruptoras do homem, onde este nasce bom, mas a sociedade o corrompe, o que significa que o homem torna-se mau com o objectivo de lesar o outro, através da história, (De Souza, s.d.). Nessa teoria, Rousseau busca meios para diminuir as injustiças que resultam da desigualdade social, onde o autor olha a igualdade de direitos e deveres políticos, a educação pública para todos e ao sistema económico e financeiro, combinados com recursos da propriedade pública, como sendo ferramentas chave para a mudança.

Com recurso a essas teorias, consegue-se compreender que os gestores da Mozal, tendem a desenvolver estratégias para criar uma boa imagem da organização diante dos *stakeholders* primários e garantirem a aceitabilidade do empreendimento.

3. Metodologia

Recorreu-se à metodologia qualitativa que permitiu obter dados mais profundos do que a Mozal pretende com a RSE. Sobre a metodologia, Laville e Dionne (1999) citados por De Oliveira (2011 p.27), referem que, os pesquisadores usam abordagens conforme os seus objectivos. No contexto, como esta pesquisa é um estudo de caso com objectivo de permitir a obtenção de lições profundas e exaustivas do caso estudado, procurando identificar aspectos específicos na Mozal, (Yin 2001 citado por De Oliveira, 2011 p.27).

Esta pesquisa foi “descritiva”, nela procurou-se descrever as acções da Mozal, no âmbito da RSE a partir do interior da organização. A pesquisa descritiva permitiu saber como a Mozal trata os seus colaboradores /trabalhadores, comunidades circunvizinhas e questões ambientais, que é uma questão desafiante para a Mozal, tendo em conta o impacto da poluição da fundição de alumínio; estabeleceu-se a relação da divulgação da imagem da Mozal e a aceitabilidade pelas comunidades como parte dos seus benefícios, (Gil, 1999 citado por De Oliveira, 2011 p.21).

A população foi constituída por 22 sujeitos chave, homens e mulheres, que tiveram um papel fundamental na definição da política de RSE da Mozal, para obter a Licença Social para Operar. Assim, a amostra dos entrevistados – não representativa – foi de tipo intencional onde

procurou-se obter as informações necessárias para alcançar os objectivos previamente definidos, identificando-se informantes-chave dentro da Mozal, nos bairros circunvizinhos e em locais fora do raio de 10km, membros das instituições públicas e membros da sociedade civil.

Os sujeitos escolhidos apresentaram opiniões, em parte, diferentes, principalmente entre o deputado da Assembleia Municipal da Matola, o membro do Conselho Cristão de Moçambique, os membros que trabalham no aparelho do Estado e na Mozal. Os outros membros das comunidades residentes noutros locais forneceram informações e pontos de vista, também diversificados e diferentes dos que vivem nos arredores da Mozal.

Nesta pesquisa recorreu-se à entrevistas semi-estruturadas, a partir das quais conseguiu-se compreender, analisar e interpretar a realidade e, verificar a hipótese com recurso à comunicação face a face com o grupo alvo (Macamo, 2016).

Aliado a entrevistas, à análise documental dos Relatórios anuais da Mozal que reportam realizações no âmbito da RSE, articulou-se os depoimentos dos entrevistados com informações de dois ambientalistas pertencentes a: “Justiça Ambiental e Centro Terra Viva” (organizações ambientais), retiradas nos sites das referidas organizações. Essa análise documental foi uma grande mais-valia, porque, os diferentes Relatórios e extractos de ambientalistas forneceram informações mais profundas, se comparadas com as dos entrevistados.

Quanto aos procedimentos éticos, recorreu-se ao consentimento informado, onde os entrevistados assinaram a aceitação da entrevista, aliado à reflexividade do pesquisador e à reciprocidade; estes procedimentos constituem estratégias em pesquisas sociais, para a conquista de confiança dos entrevistados e construir ética na pesquisa (Fernandes e Tomas, 2011).

Recorreu-se ao “modelo de análise descritivo” que permitiu descrever qualidades atribuídas à variável “divulgação da imagem da Mozal e aceitabilidade comunitária” que permite continuidade das operações da Mozal por longos anos. De acordo com (Melo, 2022), este tipo de modelo de análise é o mais frequentemente usado no meio académico, quanto no meio empresarial ou organizacional.

4. Historial, Constituição e Actividade Económica da Mozal

A Mozal localiza-se na África Austral, em Moçambique, na Província de Maputo, Distrito de Boane, a 21 Km e a Oeste da Cidade de Maputo, Capital moçambicana. A Mozal é constituída por South 32 (47,1%), Mitsubishi Corporation. (25%), Industrial Development Corporation, da África do Sul (24%) e Estado Moçambicano (3,9%), (Mozal Newsletter, 2021-2022, p.4).

Segundo especialista em RSE, confirmado no Mozal Newsletter (2021-2022), a actividade económica da Mozal é fundição de alumínio e infra-estrutura de transporte e, o projecto de construção começou em 1998, liderado pelo governo moçambicano, sendo o primeiro maior investimento estrangeiro após a guerra entre o governo moçambicano e a Renamo

“A produção inicial da Mozal foi de 250 mil toneladas de alumínio por ano e, actualmente, chega aos 560 mil toneladas, sendo o maior produtor de alumínio em Moçambique e, o segundo maior em África.” (Depoimento do Especialista em RSE, Março de 2023)

Segundo a Mozal Newsletter (2021-2022), inicialmente, a Mozal produzia alumínio exclusivamente para exportação, no entanto, agora conta com a “Midel Cables”, um dos clientes nacionais. Na Mozal Newsletter consta também que esta organização conheceu extensão (Mozal II) de 2001 e 2003 e, actualmente é considerada responsável da parte significativa do total de exportações em Moçambique e, considerada a maior, segundo a lista das 100 maiores empresas de Moçambique, divulgada pela KPMG em 2009.

5. Procedimentos da Mozal no âmbito da Responsabilidade Social

De acordo com a Mozal Newsletter (2021-2022), a Mozal elabora planos de intervenção, descritos no Diploma Ministerial nº8/2017 e disponibiliza mais de 2 milhões de dólares por ano para acções de RSE. O Especialista em RSE confirmou e acrescentou que a Mozal tem reunido semestralmente com as comunidades de modo a dar e receber *feedback*. Essas informações foram confirmadas pelas comunidades circunvizinhas, incluindo dois líderes tradicionais (régulos), mas também confirmou-se essas informações a quando da participação numa das reuniões públicas realizada a 25 de Maio do corrente ano.

No Mozal Newsletter (2021-2022), consta-se que, para além de reuniões, a Mozal tem feito diagnóstico, de modo a identificar necessidades pontuais das comunidades. Foi a partir desse processo que surgiu a iniciativa de construção de um Centro de Formação Profissional, na Província de Maputo, que produz carteiras escolares, que têm contribuído para reduzir o número de crianças que assistem aulas sentadas no chão.

6. Áreas de Intervenção privilegiadas pela Mozal

Segundo o especialista em RSE, confirmado no Mozal Newsletter (2021-2022), a Mozal tem 4 pilares para investimento social.

“A Mozal tem 4 pilares, através dos quais orienta-se no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial, sendo: área de saúde e bem-estar, Educação e Liderança, Participação Económica e Recursos Naturais e Resiliência.” (Depoimento do Especialista em RSE em Abril de 2023).

A RSE abrange o nível interno, externo e ambiental, onde, a nível interno a Mozal investia nos seus colaboradores, considerando o factor humano como chave para o sucesso da organização; Mozal Newsletter (2021-2022, p.10) confirma o referido pelo especialista em RSE e, essas acções inserem-se nas práticas “socialmente responsáveis”.

A Mozal tem realizado “monitoria e avaliação” que possibilitou a actualização do “Padrão Global”, como resultado de “*feedback*” de um inquérito interno que contou com a participação de todos os colaboradores da Mozal, Mozal Newsletter (2021-2022, p.12). De acordo com o documento, a revisão do “Padrão Global de Segurança”, levou à implementação do “Plano de Gestão de Contratos” e do “Novo Sistema Seguro dos Trabalhadores”, somando a outra medida de segurança como: “o controlo de álcool e drogas e vigilância médica de aptidão”.

No Mozal Newsletter (2021-2022) consta ainda que a Mozal preocupa-se com a qualidade de saúde dos seus colaboradores, reservando um momento especial, no dia 1 de Dezembro de cada ano, para comemorar o Dia Mundial da luta contra HIV/SIDA. Nesta efemeridade a Mozal procura sensibilizar e apoiar os afectados por esta doença, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e dos seus familiares, prestando assistência médica e medicamentosa, como uma das estratégias para retenção de talentos.

Consta também no Mozal Newsletter (2021-2022) que nas celebrações de 8 de Março, “dia Internacional da Mulher”, em 2021, foi seleccionada a “Mulher Modelo” para representar a Mozal a nível do grupo “South 32” e, outra foi eleita “colaboradora do Ano de 2021”. Esta última mulher, é supervisora do Departamento de Produção na Mozal e Licenciada em Engenharia Química, sendo a primeira mulher na área de produção a tornar-se referência para as mulheres, numa área anteriormente considerada masculina.

Não foi possível ouvir outros colaboradores da Mozal, como estava previsto. Daí que recorreu-se aos diversos Relatórios que foram disponibilizados pela Mozal, que retratam e ilustram o ambiente laboral naquela organização.

7. Acções de Responsabilidade Social nas Comunidades

Nos relatórios Community Newsletter (2018-2019) e Mozal Newsletter (2021-2022), consta que a nível externo, a Mozal investe na melhoria das condições de vida das comunidades circunvizinhas, por isso, o régulo de Djuba referiu que a Mozal tem ajudado muito as comunidades, incluindo “na construção de infra-estruturas sociais e comunitárias”. O apoio comunitário tem sido uma ferramenta estratégica usada pelas organizações para obter a referida Licença Social para Operar, que garante a implantação e operação da organização por longos anos.

“ Para além do que já me referí, esta casa, que serve como escritório do régulo foi construída pela Mozal” (Depoimento do régulo de Djuba, em Abril de 2023).

A Mozal, nos últimos 5 anos financiou a construção da Escola Secundária Filipe Jacinto Nyusi, na povoação de Chinonanquila, Posto Administrativo da Matola Rio, Relatório (2021-2022, p.38), informação confirmada pelo especialista em RSE. Esta é uma unidade de ensino que custou 425.000.000,00Mt (quatrocentos e vinte e cinco milhões de meticais), sendo a maior escola construída em Moçambique depois da independência, em 1975 (Mozal Newsletter, 2021-2022).

Na conversa com o régulo de Chinonanquila, soube-se que o projecto foi o mais marcante na história da Mozal, desde a sua chegada em Moçambique. A informação foi confirmada pelo régulo de Djuba, filho do falecido régulo que recebeu a Mozal em 1998 e, na altura, o “régulo já falecido” ofereceu uma escultura com “representação de elefante”, imagem usada pela Mozal até hoje.

Figura 1: Edifícios da Escola Secundária Filipe Jacinto Nyusi





Fonte: Imagens Fornecidas pela Mozal (Abril de 2023)

Esta escola compreende: 48 salas de aulas, um auditório para 500 pessoas, uma biblioteca, uma sala de informática, dois blocos administrativos, uma lanchonete, oito sanitários, reservatório de água com capacidade de 95.000 litros, seis espaços para lavagem das mãos, um campo multiuso, um campo de futebol de 11 e um muro de vedação (Mozal Newsletter, 2021-2022, p.39).

“Obrigado Mozal, pela escola recentemente construída, em Chinonanquila. Estou muito feliz, os nossos filhos que abandonavam a escola, por causa de longas distâncias, disponham agora, de uma escola grande e bonita, perto de si”. in Relatório da Mozal (Depoimento de um membro da comunidade retirado do Mozal Newsletter, 2021-2022, p.60).

A Mozal financia o Projecto “AgroMozal”, que se enquadra nas acções que visam combater a pobreza e acabar com a fome. Este projecto foi lançado em Outubro de 2018, e actualmente, apoia a mais de 795 agricultores, filiados em 12 Associações, abrangendo os Distritos de Namaacha e Boane e, tendo investido um milhão de dólares americanos para o seu financiamento (Mozal Newsletter, 2021-2022, p.54).

A Mozal apoia também o projecto “PAMODZE”, que visa responder a problemas de saneamento e higiene. O projecto reduziu a prática de fecalismo a céu aberto no Distrito de Boane, tendo conseguido assim, pintar-se murais sobre boas práticas de higiene em cinco (5) escolas, onde foram distribuídos quinze (15) kits de limpeza, (Mozal Newsletter, 2021-2022, p.55).

No âmbito da valorização do conteúdo local, segundo dados do Mozal Newsletter (2021-2022), no processo da construção da Mozal, 65% foram cidadãos moçambicanos. Actualmente a Mozal emprega 97% de trabalhadores moçambicanos directos e é liderada por um moçambicano, cuja equipe de gestão é constituída por 60% de moçambicanos. Na Mozal prestam serviços 138 organizações que empregam 1.778 trabalhadores e, a Mozal implantou

um polo de Desenvolvimento naquela zona, até a bem pouco tempo, designada de “Zona Económica Exclusiva”.

No Mozal Newsletter (2021-2022, p.18) consta que, a nível de ambiente, a Mozal tem investido nos procedimentos de tratamento de lixo por si produzido e, possui um plano de gestão ambiental aprovado pelo Ministério da Terra e Ambiente que está alinhado com os padrões do Banco Mundial. Entretanto, há outras percepções diferentes que contrariam a posição do relatório e do especialista em RSE, uma vez que sabe-se de que a fundição de alumínio é uma actividade poluidora, com graves consequências, tanto para a saúde pública, assim como para a biodiversidade.

Segundo a Justiça Ambiental (2021), as organizações ambientalistas (Centro Terra Viva e Justiça Ambiental), têm recebido queixas referentes a poluição ambiental provocada pelas actividades da Mozal e que, em 2010, estas organizações, promoveram campanhas contra o “bypass”, que culminaram com um “processo judicial”, cujo desfecho foi uma “sentença que negou conhecer o mérito da causa”.

“Os resultados apresentados pela Mozal, são baseados em médias anuais, daí que, apesar de mostrarem estar dentro dos padrões aceitáveis, não são garantia suficiente para prova de que a saúde pública não está a ser afectada.” (Mapote, Abril de 2011).

Essa posição foi manifestada também por alguns entrevistados que vivem fora daquele Posto Administrativo; por seu lado, o deputado da Assembleia Municipal da Matola, disse que era céptico quanto ao não impacto negativo das emissões de gases nocivos pelas actividades da Mozal. Do outro lado, o membro do Conselho Cristão de Moçambique disse que as mudanças climáticas que têm assolado a província de Maputo nos últimos 25 anos, podem estar relacionadas às acções da Mozal, uma vez que esse impacto verificou-se depois da implantação daquele projecto.

Nos relatórios da Community Newsletter (2018-2019) e Mozal Newsletter (2021-2022, p.18), consta que a Mozal tem mecanismos de controlo de fumo “Modo de Filtro”, onde o fumo gerado é tratado por meio de injeção de “alumina” no reator. O “modo de bypass” ocorre quando o fumo gerado não passa pela filtragem da “alumina” libertando o fumo na atmosfera, de forma directa. No mesmo relatório, consta que, o “bypass” é feito de forma controlada, obedecendo os padrões internacionais, aprovados também, pelo Ministério da Terra e Ambiente. Porém, essas informações foram contrariadas por dois ambientalistas de

organizações moçambicanas “Centro Terra Viva” e “Justiça Ambiental” que lutam em defesa do ambiente. Mas também é difícil acreditar que com “bypass” não se polua o ambiente, uma vez que nesse processo as operações são feitas sem uso de filtros.

“São claros os perigos da indústria de alumínio e das substâncias emitidas pela Mozal, com destaque ao fluoreto de hidrogénio (HF) e Dióxido de enxofre (SO₂), Dióxido de Azoto (NO₂), partículas em suspensão (PM₁₀), que são substâncias nocivas para o ambiente e para a saúde dos seres humanos, que podem provocar problemas respiratórios, cancro pulmonar, paragens cardíacas, asma, bronquite crónica, colapso respiratórios, etc.” (Estrato de um ambientalista, Justiça Ambiental, 2021).

O “Modo de Exaustão Directa” ocorre quando o forno e o CTF param de funcionar, não emitindo desta forma o fumo.

Analisando os dados de campo podem-se afirmar que a Mozal tem relações aceitáveis com as comunidades, uma vez que tem contribuído para o Desenvolvimento das comunidades a partir da construção de infra-estruturas sociais e comunitárias, bem como a várias iniciativas que se enquadram dentro das necessidades pontuais das partes interessadas.

“Obrigada Mozal, por ouvir o nosso grito de socorro e responder o nosso pedido. Nós, vamos continuar a estudar, para retribuir e honrar este grande apoio. Muito obrigada.” (Depoimento de uma das crianças na Escola Primária de Beluluane retirado do Relatório, Mozal Newsletter, 2021-2022, p.43).

Mas, as relações saudáveis desta organização e as comunidades, não significam que já não há poluição, mas sim, o cumprimento de boa parte das expectativas das comunidades é que influencia para essas relações.

Com as acções desenvolvidas pela Mozal, confirmadas pelos depoimentos das comunidades, pode-se afirmar que aquela organização tem “Licença Social para Operar”. A Mozal ganha legitimidade para continuar a operar por longos anos, porque as comunidades circunvizinhas e outros interessados apoiam a sua continuidade. É por isso, que a RSE adoptada pela Mozal é uma estratégia usada pela Mozal para ter aprovação e aceitabilidade da Mozal pelas comunidades, garantindo a sua continuidade por longos anos.

8. Inquietações de Uma Parte das Comunidades Circunvizinhas

Apesar de a Mozal ter “Licença Social para Operar”, alguns entrevistados demonstraram ceticismo quanto às relações saudáveis da Mozal com as comunidades, enfatizando problemas ambientais que aquela organização causa no local. Os entrevistados reclamaram também a falta de transparência da Mozal para admissão de novos colaboradores, havendo dificuldades para integração na Mozal da população jovem residente nos arredores da organização.

“Houve avanços no relacionamento entre a Mozal e a Sociedade Civil, marcado pela prestação de informação, porém, é preciso que a Mozal apresente mais provas, baseadas em dados comparativos, no período anterior ao ‘Bypass’ e o decurso deste, de forma a ter-se certeza de que, as comunidades não estão sendo afectadas pelas emissões de gases.” (extrato de um ambientalista).

Essas inquietações foram também apresentadas pelo deputado da Assembleia Municipal da Matola e pelo membro do Conselho Cristão de Moçambique. E ainda, as mesmas percepções foram apresentadas por parte das comunidades residentes na Cidade e Província de Maputo, que disseram que a Mozal era conhecida por ser uma empresa poluidora do ambiente.

Com todas informações obtidas durante o período de recolha de dados, pode-se afirmar que a Mozal usa a estratégia de Responsabilidade Social Empresarial para ter aceitabilidade e apoio para continuar operar naquele Posto Administrativo, não necessariamente que a organização tenha prazer em apoiar as comunidades. Claramente que também a Mozal não tem objectivo de conquistar clientes no território moçambicano, pese embora de actualmente contar com a Midel Cable, como um dos clientes a nível local, mas sim o objectivo é ganhar confiança e ser aceite para operar em Moçambique.

9. Conclusão

Este estudo, tinha como objectivo analisar os benefícios que advêm da estratégia de Responsabilidade Social por parte da Mozal, visto que ela teve benefícios fiscais e, apesar disso, optou em abraçar a RSE nas suas acções. Da presente pesquisa, pode-se tirar a conclusão de que os diferentes interessados têm confundido acções de caridade e filantropia com acções de RSE. Por isso, as organizações multinacionais como a Mozal, têm vantagens competitivas com experiência e informações actualizadas sobre padrões de RSE, a demais, possuem departamentos específicos e pessoal qualificado. Nessa prática, a Mozal usa as acções de RSE para divulgar a sua imagem, garantir aceitabilidade nas comunidades, ter apoio e obter “Licença Social para Operar”.

Quanto a contribuição, as acções de RSE da Mozal têm contribuído para o desenvolvimento comunitário, tendo influenciado para o surgimento da Zona Económica Exclusiva e o crescimento urbano no Posto Administrativo da Matola Rio, nos últimos 25 anos. Porém, há várias inquietações das comunidades e algumas vozes da Sociedade Civil, que exigem que a Mozal seja mais transparente na divulgação de dados referentes a efeitos ambientais de poluição do alumínio, que tem prejudicado a saúde das comunidades circunvizinhas, de forma particular, e a biodiversidade.

As inquietações da sociedade no geral, é que a Mozal tem benefícios fiscais e, não se explica porque as taxas bonificadas continuam reduzidas para esta organização, assim como, o Ministério da Terra e Ambiente e a Mozal, no processo de avaliação ambiental, poderiam envolver as organizações ambientalistas para garantir-se a transparência no processo.

Outrossim, o governo moçambicano está a abdicar-se da sua Responsabilidade Social para com a sociedade, deixando esse papel para as organizações que abraçam a RSE, lembrando que o Diploma Ministerial nº8/2017, alerta que as acções das empresas que aderem a RSE não substituem as acções do governo, mas sim, devem enquadrar-se nos planos do mesmo.

Sobre essa matéria, foi preocupante ouvir os representantes do governo no dia 25 de Maio na Reunião pública de recolha de dados, a pedir a Mozal para efectuar algumas realizações que na realidade são da Responsabilidade do governo. Essas razões levam as comunidades a exigir a Mozal para parcelar os zonas que estão aos arredores da organização, construir esquadras policiais e vias de acesso, etc., que são actividades específicas sob responsabilidade do governo do dia. É por essa razão que a Mozal e outras organizações praticantes da RSE, percebem que o governo moçambicano é frágil; por isso, a Mozal pode desrespeitar os padrões internacionais sobre o programa de RSE, porque o governo também abdica-se das suas responsabilidades. Seria importante que o governo deixasse as instituições independentes para agir com rigor no controlo da legalidade para o bem comum, isso evitaria que houvesse organizações com privilégios, colocando em causa o bom nome do Estado moçambicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMMUNITY NEWSLETTER. (2018-2019) Matola: Mozal.

DE SOUSA, A. C. (s.d.). *Rosseau: A arte da Filosofia, Literatura e Educação*. acessado em www.unicamp.br. aos 21/06/2023.

DIPLOMA MINISTERIAL N°8/2017. *Guia de Implementação da Política de Responsabilidade Social Empresarial para Indústria Extrativa dos Recursos Minerais*. I Série n°9. Maputo: Imprensa Nacional.

FERNANDES, N. e TOMAS, C. (2011). *Social Relations in Torboulent Times. TN04, Sociology of Children and Childhood. Questões Conceptuais, Metodológicas e Ética na Investigação com Criança*. 10Th Conference of the Europea. Portugal.: Ed.

GOMES, F. S. (2006). *Rousseau-Democracia e Representação*: Florianópolis. SC.

JUSTIÇA AMBIENTAL. (2021). *Notícias de Posicionamento: A Problemática do Desempenho Ambiental da Empresa Mozal e a Inércia do Estado*. acessado em <http://justica-ambiental.org>>2021... aos 29 de Abril de 2023 as 7.40h.

LEAVE A COMMENT. (s.d.). *Abordagens e Práticas de Responsabilidade Social Empresarial na Indústria Extrativa em Moçambique*; s.ed.

MACAMO, E. (2016). *Sociologia Prática: Como Alguns Sociólogos Pensam*. Maputo: Imprensa Universitária.

MATEÇO, R. A. (2019). *Lançamento do Livro: Estratégia de Responsabilidade Social das Empresas Mozal e Vale de Moçambique*. Maputo. Centro Cultural Português de Maputo. Acessado em <http://camoes-ccpmocambique.co.mz/eventos/lanlamento-do-livro-estrategias-responsabilidade-social-das-empresas-mozal-vale-mocambique/>

MAPOTE, W. (2011). *Mozal sem Filtros: Confirmado aumento de Poluição Atmosférica pela Mozal*. acessado em voaportugues.com em 29 de Abril de 2023 as 8.40h.

MELO, M. (2022). *Começa os 04 principais tipos de análise de dados*. acessado em dio.me/articles/conheca-os-04-principaistiposdeanalisededados.

MOZAL NEWSLETTER. (2021-2022) Matola: Mozal.

NATINGUE, J. C. (2022). *O Impacto da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Comunitário: Caso da SASOL no Distrito de Inhassoro (2016-2020)*. Maputo: Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças.

OLIVEIRA, M. F. (2011). *Metodologia Científica: Um Manual para Realização de Pesquisa em Administração*. Catalão: Universidade Federal de Goiás.

ROSSETTO e ROSSETTO. (2005). Teoria Institucional e Dependência de Recursos na Adaptação Organizacional: Uma visão Complementar: *RAEletrónica*, vol.4, n.1.

*Mestre em Sociologia do Trabalho e das Organizações.

Contacto: pedrovicentechicolo@gmail.com-Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência.